



**MUNICÍPIO DE CASTRO VERDE
CÂMARA MUNICIPAL**

Handwritten notes and signatures in blue ink, including the name 'António' and other illegible marks.

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CASTRO VERDE,
REALIZADA NO DIA 8 DE NOVEMBRO DE 2018.**

Nº. 26/2018

Estiveram presentes para o efeito os eleitos: António José Rosa de Brito, na sua qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Castro Verde, e Francisco José Caldeira Duarte, David Manuel Pego Merritt Marques, António João Fernandes Colaço e Alda Maria de Jesus Cabral Mestre na sua qualidade de Vereadores.

Dada a existência de quórum foi, pelo Sr. Presidente, declarada aberta a reunião pelas 21,10 horas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Tomou a Câmara conhecimento das respostas dadas às perguntas feitas pelos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço, que a seguir se transcrevem:

Assunto: "Requalificação da Escola Secundária de Castro Verde:"

"Relativamente ao tema em epígrafe e em resposta à Vossa solicitação, informo que, em reunião realizada a 25 de outubro, foi aprovado o Acordo de Colaboração com o Ministério da Educação que visa a Requalificação e Modernização da Escola Secundária de Castro Verde. Seguir-se-á idêntico procedimento ao nível da Assembleia Municipal.

Tal como previsto neste acordo, caberá, posteriormente, à CMCV assegurar a elaboração dos projetos de arquitetura e das especialidades e assumir a posição de dono da obra, lançando, assim, os procedimentos de acordo com os projetos aprovados, adjudicando as obras e garantindo a fiscalização e a coordenação da empreitada."

Assunto: "Expropriações decorrentes das obras de reabilitação da EM 508 e do CM 1139"

"Relativamente ao tema em epígrafe e em resposta à Vossa solicitação, junto em anexo o mapa de expropriações elaborado pelos Serviços Técnicos do Município, bem como as respostas dos proprietários (anexo 1) e cálculo do valor indemnizatório (anexo 2). (O primeiro anexo refere-se a 25.827,31 m2 de terreno a expropriar a que corresponde um valor total de 43.126,00 €, sendo que o cálculo do valor indemnizatório é de 0,95 € o m2, conforme é referido no anexo 2).

Informo ainda que, conforme é do Vosso conhecimento, à data da adjudicação da empreitada da obra não estava assegurado o seu financiamento na totalidade. Este processo tem vindo a ser conduzido pelo atual executivo, nomeadamente no que às expropriações de terreno e financiamento para a totalidade da obra diz respeito. Assim, o arranque das obras terá lugar logo que estes dois processos se encontrem concluídos.

Assunto "Proposta de Ajuste Direto para aquisição de serviços de elaboração do Projeto Museológico Municipal"

"Relativamente ao tema em epígrafe e em resposta à Vossa solicitação, informo que se tratou de um Ajuste Direto Simplificado, pelo que não obriga à apresentação de qualquer proposta pelo prestador".

Assunto: "Remodelação da rede de água de Castro Verde"

"Relativamente ao tema em epígrafe e em resposta à Vossa solicitação, referente à empreitada para remodelação da rede de água, informo que está o Município em diálogo com o empreiteiro no sentido de definir o cronograma da obra.

Relativamente ao ponto de situação da construção do novo reservatório elevado de Castro Verde, a empresa Águas do Alentejo propôs uma alteração à localização do mesmo, aceite pelo Município, e tendo decorrido negociações entre a AgdA e o proprietário dos terrenos, espera-se que a obra avence em breve. Ainda a este respeito, em comunicação datada de 30 de Outubro último, aquela empresa informou o Município que a empreitada de reforço da adução a Castro Verde foi consignada no dia 8 de Outubro."

Assunto: "Apuramento de valores devidos – Derrama"

Relativamente ao tema em epígrafe e em resposta à vossa solicitação, junto em anexo a informação pretendida, nomeadamente no que se refere ao mês de Outubro de 2018. (na sequência das regularizações verifica-se um valor a transitar em negativo de - 641.631,33 €.)

Assunto: "Transporte de alunos de e para a Funcheira"

"Sobre o tema em epígrafe informo que, durante o mês de Outubro, utilizaram o transporte disponibilizado pelo Município com origem em Castro verde e destino na Funcheira, e vice-versa, 41 alunos, distribuídos da seguinte forma: 4 a 7 – 9 alunos; 12 a 14 – 5; 19 a 21 – 22; e 26 a 28- 5 alunos."

Assunto: "Roturas na rede de distribuição de água – Castro Verde – Outubro de 2018":

Relativamente ao tema em epígrafe e em resposta à vossa solicitação, junto a informação pretendida (três roturas – nos dias 4, 8 e 15 de Outubro, sendo duas na Rua de Aljustrel e uma na Rua da Seara Nova)

Apresentou o Sr. Vereador Francisco Duarte a seguinte proposta, subscrita pelo Sr. Vereador António João Colaço:

"Considerando a proposta apresentada e aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal no dia 18 de Janeiro de 2017, em que foi deliberado alterar o relevo de uma área de terreno de 33.000 m2 nas traseiras do estádio municipal através da deposição de pedras e solos;

Considerando que o local de armazenamento preliminar de RCD's foi extinto;

Considerando que a separação dos resíduos deixou de ser efetuada, inviabilizando a reutilização dos materiais conforme foi preconizado;

Considerando que a deliberação deixou de fazer sentido uma vez que os pressupostos pelos quais foi apresentada e aprovada não estão a ser cumpridos, antes estão a ser adulterados, porque em vez de pedras e solos estão a ser depositados RCD's no local.

Assim, pelo atrás exposto propomos que a proposta em causa seja revogada."

Apreciada a proposta na generalidade, verificou-se o consenso que a mesma seja apreciada e votada na próxima reunião do executivo.

Referiu-se depois o Sr. Vereador Francisco Duarte à recente assinatura do protocolo de parceria para a "Promoção e Comercialização da Carne do Borrego do Campo", entre a Câmara Municipal e as Carnes do Campo Branco – Agrupamento de Produtores (CCB), os talhos e restaurantes do concelho, questionando se o mesmo protocolo não devia ter sido objeto de reunião do executivo municipal, e alertando sobre o cumprimento do circuito que decorre entre a origem do gado vivo e o circuito final de venda, lembrando que o protocolo em causa implica a responsabilidade do cumprimento desse circuito e que a Câmara Municipal não participa na mesma comercialização.

Na sequência da intenção manifestada na reunião ordinária anterior, efetuou o mesmo Vereador uma análise pormenorizada dos resultados da Auditoria efetuada às contas do Município, começando com os seguintes comentários prévios, e que se transcreve na íntegra:

"Comentários Prévios ao "Relatório de Procedimentos acordados sobre uma Auditoria Externa às contas do Município de Castro Verde relativa ao quadriénio 2014/2017"

Congratulamo-nos com a decisão do senhor presidente, no quadro do repto que lhe lançamos na última reunião de que deveria ser dada a mesma projeção mediática às "conclusões" da Auditoria e às interpretações políticas que o atual e anterior executivo lhes deram, que a que foi dada à intenção e contratação da mesma.

Foi feito e parabéns!

Mas, em simultâneo não podemos deixar de contestar um "pequeno" facto que acompanhou esta divulgação das conclusões da Auditoria e dos comentários políticos que o senhor presidente entendeu tecer sobre a matéria.

Estou a falar concretamente na divulgação do texto integral do Relatório da Auditoria no SITE oficial do Município de Castro Verde e isto contrariando frontalmente um parágrafo explícito do mesmo que refere:

"RESTRIÇÕES NA DISTRIBUIÇÃO E USO

Este relatório é emitido exclusivamente para informação e uso das entidades nele envolvidas, pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades, nem distribuído a outras entidades"

e as indicações no mesmo sentido que o senhor presidente tinha tido o cuidado de formular na última reunião sobre a obrigação de reserva sobre o documento.

Ora o documento foi divulgado publicamente, infringindo claramente esta normativa e uma série de perguntas se impõem:

Quem procedeu (mandante e/autor material) ao ato ilícito de divulgação pública de documento reservado?

Se é conhecido, que medidas é que foram tomadas?

Serão diferenciadas consoante se trate de um eleito, de um detentor de cargo de nomeação política ou de um trabalhador da autarquia.

Se NÃO é conhecido, questionamos se já foi ordenada a abertura de averiguações?

Em nosso entender, confirmado o ilícito a nível destas averiguações, o assunto prossegue para processo disciplinar no caso de funcionário da autarquia ou para uma participação ao Ministério Público, nos outros casos.

Se não houver da parte do senhor presidente respostas a estas questões quero que esse facto fique explícito em ata.

Posto isto, recordamos que pretendemos que à intervenção que de seguida vou fazer seja dado o mesmo tratamento mediático que à sua intervenção na última reunião, isto é a sua publicação integral no SITE do Município de Castro Verde."

Em seguida efetuou o Sr. Vereador Francisco Duarte os seguintes comentários ao Relatório de Procedimentos acordados sobre a mesma Auditoria, que igualmente se transcreve na íntegra:

"Comentários ao "Relatório de Procedimentos acordados sobre uma Auditoria Externa às contas do Município de Castro Verde relativa ao quadriénio 2014/2017" (Reunião CMCV de 08/11/18)

A MONTANHA pariu um rato!

Na última reunião de Câmara (25/10/2018) o senhor presidente distribuiu aos vereadores cópia do "Relatório de Procedimentos acordados sobre uma Auditoria Externa às contas do Município de Castro Verde relativa ao quadriénio 2014/2017" (adiante designado apenas de Relatório) contratado com Oliveira, Reis e Associados, SROC, Lda e subscrito por Carlos Manuel Grenha, ROC nº 1266, e destacou algumas "conclusões" retiradas do mesmo, que estão transcritos na ata da mencionada reunião.

Como ponto prévio gostaríamos de chamar a atenção para:

1 - A utilização de aspas pressupõe a transcrição de frases de um documento para comentar ou ilustrar determinado facto ou ideia que se pretende desenvolver.

2 - Não é muito correto trincar frases do contexto para assim as poder utilizar e interpretar da forma que mais nos convém para fundamentar o que quer que seja.

3 - Não se podem fazer interpretações abusivas e falaciosas de textos como por exemplo:

António José Brito diz: Perante a "significativa diminuição" da receita proveniente da Derrama, não terá sido acautelado "o acréscimo de risco relativamente às decisões de gestão tomadas desde então"

No original (Pág. 5 de 52) estava escrito o seguinte: "... tem-se assistido nos últimos anos a uma significativa diminuição da receita proveniente da Derrama, facto que trouxe desde então consideráveis dificuldades na construção dos orçamentos e na prossecução dos compromissos económicos e sociais assumidos pelo Município circunstância que de alguma forma se poderá traduzir num acréscimo de risco relativamente às decisões de gestão tomadas desde então."

Qualquer semelhança é mera coincidência ...

Posto isto, e não é pouco, vamos proceder à análise propriamente dita do conteúdo do Relatório e dos destaques e interpretação política que o mesmo mereceu por parte do senhor presidente:

- a) **A Auditoria não menciona** na análise às contas da autarquia relativas ao último mandato da CDU à frente da Câmara Municipal de Castro Verde nenhuma evidências nem indícios de atividades menos lícitas (desvios, aproveitamentos, favorecimentos, falcaturas ou outras coisas parecidas) como seria certamente o desejo, não confessado, de alguns!
- b) **A Auditoria não refere** nenhuma anomalia no cumprimento das normas do Manual de Controlo Interno relativamente aos circuitos de recebimentos, pagamentos e inventários.
- c) **A Auditoria não detetou** nenhuma irregularidade em matéria de pagamentos em atraso, de empréstimos bancários, de investimentos financeiros em partes de capital nem na contratação pública.

A tudo isto o senhor presidente não faz referência.

d) Resultados líquidos negativos

"... o Município de Castro Verde tem apresentado prejuízos de forma consecutiva desde 2014." (Relatório, pág. 48 de 52). Independentemente de contestarmos a terminologia utilizada "prejuízos", importa deter-nos um pouco sobre esta matéria:

Já na Declaração de Voto que proferiu na reunião de Câmara de 18/04/2017 por ocasião da apreciação do Relatório e Contas de 2016 o então vereador António José Brito (hoje, presidente de Câmara) escrevia:

"A nota mais relevante do relatório e Contas de 2016 da Câmara Municipal de Castro Verde é o facto de, pelo terceiro ano consecutivo, a gestão da CDU apresentar um Resultado Líquido do Exercício de 2016 que é NEGATIVO de 948.940,56 euros. ...Em três anos a Câmara soma mais de UM MILHÃO E MEIO DE EUROS em resultados Negativos ... Isto, a nosso ver, é muito mau e reflete a má gestão da maioria da CDU que, objetivamente, não consegue administrar a autarquia com eficiência: gasta mais do que aquilo que recebe!"

Louvamos a constância das suas opiniões e a obsessão com alguns temas, mas penso que não conseguiu apreender minimamente algumas explicações e conceitos que na altura tivemos ocasião de lhe transmitir (ata da reunião da CMCV de 18/04/2017) e que agora nos permitimos de recordar:

A demonstração de resultados de uma entidade reflete os acontecimentos (custos e proveitos) verificados ao longo de um exercício. São dados de natureza financeira e não de natureza monetária. Quer isto dizer que custos são diferentes de gastos e proveitos diferentes de recebimentos.

No capítulo dos **proveitos**, é do conhecimento público o nível cada vez mais baixo das receitas municipais.

No capítulo dos **custos**, grande parte das rubricas corresponde a despesas efetivamente realizadas, mas outras não, como por exemplo o **valor das amortizações do património**. As amortizações correspondem ao custo pelo "consumo" de um bem de investimento, no seu período de vida útil. Este valor não é arbitrário nem estimado, mas calculado através de fórmulas consagradas legalmente. Em 2016, este valor foi de 1.782.036 € e em 2017 de 1.827.981 €.

Umas e outras somam nos custos. E se não tiverem proveitos todos estes custos vão diretamente a resultado líquido negativo.

Quando falamos de uma empresa esse resultado líquido é coberto pelos proveitos. Numa autarquia estes proveitos ou têm origem na venda de bens (por exemplo água) ou na prestação de serviços (por exemplo resíduos urbanos) ou ainda em transferências (participação nos impostos do estado).

Como cobrir estes custos para ter resultados líquidos positivos?

- Aumentar o preço da água para cobrir integralmente o seu custo?
- Acabar com os benefícios do "Cartão Social"?
- Acabar com os subsídios a instituições e deixar o movimento associativo sem as condições mínimas para desenvolver a sua atividade?
- Aumentar para o máximo a taxa do IMI?
- Acabar com a isenção de derrama para as pequenas empresas?

Insistir em não perceber que "o resultado líquido negativo" corresponde efetivamente a um lucro social, cultural e de desenvolvimento democrático é confundir a missão de uma autarquia com a de um qualquer agiota.

Uma autarquia local não é uma empresa e o seu objetivo não é o LUCRO!

Este conceito simples ainda não foi assimilado por muitos e é verdade que os normativos contabilísticos que enquadram, legalmente, a sua gestão contribuem e reforçam por vezes esta posição.

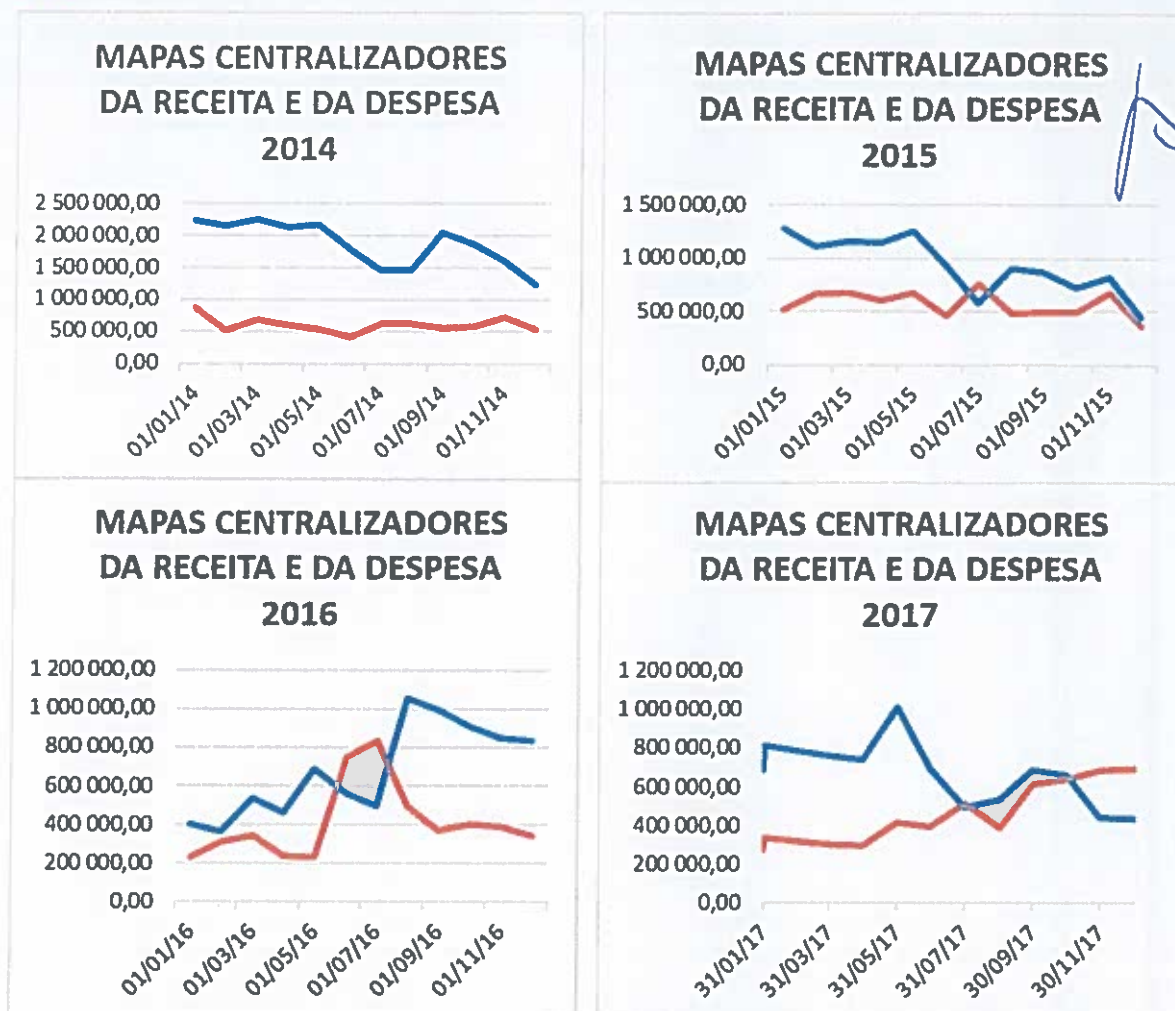
Para nós, sem menorizarmos o facto de os resultados líquidos serem negativos como as contas demonstram, importa-nos fundamentalmente, avaliar os seguintes rácios, no quadro da atividade da autarquia que procura dar as respostas necessárias aos problemas e anseios da população de Castro Verde:

- Nível de endividamento (empréstimos de médio e longo prazo):
No Relatório, pág. 48 de 52 "... é possível identificar que desde 2014 o Município tem vindo a reduzir significativamente o nível do seu passivo bancário". O senhor presidente não destaca este aspeto e lá saberá porquê.

- Nível da dívida de curto prazo (fornecedores e prestadores de serviços):

Disponibilidades

Encargos de curto e médio prazo, assumidos e não pagos (Inclui os compromissos com as prestações mensais dos protocolos, não pagas, para o ano corrente)



da facturação:

Em 31/12 de 2014 = 30 dias, de 2015 = 28 dias, de 2016 = 7 dias e em 30/09 de 2017 = 8 dias e em 31/12 de 2017 = 35 dias. (prazo recomendado = ± 30 dias)

- Grau de execução orçamental

Em 2014 = 80%, em 2015 = 88%, em 2016 = 90% e em 2017 = 74%. ($\geq 85\%$)

Estes são os rácios relativos ao mandato anterior (incluindo 2 meses e meio de governação socialista). Estamos ansiosos para ver os dos próximos anos, mas o que conhecemos até hoje, deixam-nos muito apreensivos.

e) Quebra dos valores da derrama

É uma realidade insofismável a diminuição da receita proveniente da Derrama.

E não foi pela falta de chamarmos a atenção para esse facto, nem pela não adoção das medidas que julgamos mais oportunas e convenientes na altura que nos podem acusar de ter conduzido a Câmara para uma situação complicada.

Já agora, e a este propósito, convém referir considerarmos mais que duvidosa a explicação aduzida no Relatório (pág. 5 de 52) de que a diminuição da receita proveniente da Derrama é

"decorrente do benefício fiscal concedido pelo Governo à Somincor, através da Resolução do Conselho de Ministros nº 62/2014, a qual aprova o aditamento do contrato fiscal de investimento celebrado entre o Estado Português, através da AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal) e a Somincor ..."

Noutro contexto e com mais disponibilidade abordaremos este tema mais detalhadamente.

- f) **A aptidão atual (do Município) em gerar proveitos provenientes da sua operacionalidade é verdadeiramente insuficiente para compensar os custos da sua atividade.**

O Relatório (pág. 51 de 52) inclui esta afirmação para justificar, por um lado, a pretensa "incapacidade que se tem observado nos últimos anos para o Município obter Resultados Líquidos positivos" e por outro, " ... não se tendo identificado ou obtido evidências de que tenham sido adotadas medidas que conduzam à inversão da marcante tendência negativa que se tem observado nos resultados económicos nos últimos anos."

Não vou novamente rebater a obsessão evidenciada nos Resultados Líquidos negativos e contestar a distorção, por demais evidente, com que encaram e consideram a função social de uma autarquia local.

Mas adiantamos que não tendo sido evidências para o auditor, partilhadas pelo senhor presidente, muitas medidas foram tomadas ao longo destes últimos anos para mitigar a quebra das receitas.

Sem pormenorizar convém lembrar, por um lado, toda a racionalização e contenção de custos internos que promovemos e, por outro, a reivindicação constante do reforço da participação do Município nos Impostos do Estado, a procura de novas parcerias e de novas fontes de financiamento (nomeadamente de fundos comunitários) e o aumento progressivo das receitas próprias nos diferentes sectores de intervenção. E tudo isto sem nos afastarmos das linhas programáticas e das orientações estratégicas com que nos apresentámos aos eleitores!

g) **Sobre a requalificação da EM 508 e do CM 1139**

António José Brito diz: 6 – Mais refere o relatório, sobre a opção de adjudicar a construção da EM 508 (Castro Verde/santa Bárbara de Padrões) e CM 1139 (Santa Bárbara de Padrões/Mina de Neves-Corvo), que "o Município assumiu compromissos sem ter assegurado as fontes de financiamento para o efeito, nomeadamente não acautelando a diminuição da receita da derrama que se tem vindo a observar nos últimos anos, circunstância que sem dúvida condicionará o desenrolar dos próximos exercícios."

Ora o Relatório (pág. 32 de 52), no capítulo dedicado à Contratação Pública, previamente a esta frase, contextualiza: "Relativamente à entidade Construções JJR ... refira-se que foi adjudicada a construção de duas estradas, sem que até ao momento se tenha dado início à respetiva obra. Segundo Informação obtida a razão prende-se com o facto de se ter constado não existir liquidez financeira para a execução da referida obra. Decorrente deste facto conclui-se..." e a frase prossegue nos termos acima referidos.

Mais uma vez "Qualquer semelhança é mera coincidência", mas a situação revela-se pior do que isso e assume contornos que suscitam algumas perguntas curtas ao auditor:

- 1) Qual o propósito de quem, no âmbito de uma auditoria às contas, está a analisar procedimentos relativos à contratação pública, de emitir juízos de valor sobre a

- adjudicação de uma obra, cumpridos que estão todos os requisitos e trâmites legais?
- 2) Escreve "Segundo Informação obtida... se ter constado não existir liquidez financeira para a execução da referida obra": Quem deu a referida informação? O informante estaria habilitado/autorizado para o fazer? E o que quer dizer concretamente "liquidez financeira"?
- 3) Por fim, questionamos sobre o que é que lhe permite concluir que "... o Município assumiu compromissos sem ter assegurado as fontes de financiamento para o efeito..."?

Mas sobre este assunto que se está a tornar recorrente e para contrariar a afirmação de que "uma mentira repetida mil vezes, torna-se verdade", repunhamos a verdade dos factos:

As obras de requalificação da EM 508 e do CM 1139 poderiam ter arrancado em Outubro de 2017 o que não aconteceu por mera "opção política" do PS de Castro Verde.

A "questão das expropriações" foi um mero pretexto que "inventaram" (por "inexperiência", incompetência pura ou outras razões desconhecidas) para protelar o início das obras e que agora tememos se tenha tornado efetivamente um problema de remota resolução.

A "falta" de financiamento garantido não passa de uma desculpa esfarrapada. Tinham a intenção de contrair um empréstimo onde caberia sem problemas a verba necessária e assim não teriam chegado à situação caricata de "não tendo dinheiro", desperdiçar a utilização do saldo do empréstimo que a Câmara tinha contratado: 700.000 €.

Esta situação, aliás, estava programada no enquadramento genérico das necessidades de recurso ao crédito que foi objeto de apreciação e aprovação pela Câmara e Assembleia Municipal, em setembro de 2015:

OBRAS	Investimento Total	Capitais próprios (20 a 25%)	INTENÇÃO DE RECURSO AO CRÉDITO preconizada e aprovada em 2015		
			TOTAL	1º Parcela	2º Parcela
EM 508	747 491,80	192 491,80	555 000,00	400 000,00	155 000,00
CM 1139	547 337,81	142 337,81	405 000,00	60 000,00	345 000,00
Outras obras	800 000,00	160 000,00	640 000,00	440 000,00	200 000,00
TOTAIS	2 094 829,61	494 829,61	1 600 000,00	900.000,00	700 000,00

h) Valor do Património inscrito no Balanço

Reconhecemos os reparos feitos pelo auditor externo da Câmara Municipal (Marques Cruz & Associados, SROC, Lda.) mas também sabemos que o atual executivo já providenciou a resolução da situação (?) através de uma valorização do património, oportunamente aprovada pela Câmara e Assembleia Municipal.

Castro Verde, 8 de Novembro de 2018

Os vereadores da CDU - Francisco Duarte/António João Colaço"

Posto isto, o Sr. Presidente da Câmara agradeceu a intervenção do Sr. Vereador e disse ter tomada a devida nota do seu conteúdo. Por outro lado, anotou que, independentemente do tema, as intervenções no período antes da ordem do dia devem ser mais abreviadas e respeitarem o que estabelece o Regimento em termos de tempo estipulado para esse fim.

Aprovação das atas das reuniões anteriores:

Atendendo a que foi distribuída, previamente, a todos os presentes, cópia das atas das reuniões anteriores, realizadas nos dias 25 e 31 de Outubro, foi dispensada a sua leitura, pelo que o Sr. Presidente colocou-as à consideração dos restantes membros e, não havendo quaisquer propostas de alteração, submeteu-as a votação, separadamente, tendo as mesmas sido aprovadas por unanimidade e nominalmente.

DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

1.- Mapa centralizador da receita e despesa:

Tomou a Câmara conhecimento do Mapa Centralizador de Receita e Despesa, referente ao período de 1 de Janeiro a 31 de Outubro de 2018, o qual apresenta os seguintes saldos:

- Operações orçamentais:

Saldo do ano de 2017	185.669,35 €
Receitas cobradas	7.561.745,05 €
Soma	7.747.414,40 €
Despesas realizadas	7.540.207,99 €
Saldo em 31.10.2018	207.206,41 €

- Operações de Tesouraria

Saldo do ano de 2017	251.447,84 €
Op. Extra - Orçamentais – Entradas	638.499,34 €
Soma	889.947,18 €
Op. Extra. Orçamentais – Saídas	690.407,13 €
Saldo em 31.10.2018	199.540,05 €

- Disponibilidades

Caixa	14.512,93 €
Fundos de Maneio	2.500,00 €
Instituições Bancárias	389.733,53 €
Total das disponibilidades em 31.10.2018	406.746,46 €
Documentos	18.991,44 €
Total de movimentos de tesouraria em 31.10.2018	425.737,90 €

- Total dos encargos de curto e médio prazo assumidos e não pagos respeitantes a fornecimentos, empreitadas e diversas prestações de serviços em 31 de Outubro de 2018: 712.495,35 €.

Tomou a Câmara Municipal igualmente conhecimento do resumo diário de tesouraria reportado à data de 30 de Setembro e do balancete acumulado (razão) respeitante ao mês de Outubro findo.

2.- Contrato de arrendamento de terrenos para instalação temporária de alojamentos:

Submeteu o Sr. Presidente à apreciação da Câmara a seguinte proposta:

“Considerando que, a SOMINCOR é o principal empregador do concelho de Castro Verde;

Considerando que, esta empresa tem em curso um processo de expansão da sua atividade;

Considerando que, essa expansão da atividade terá, necessariamente um impacto positivo para a economia do concelho de Castro Verde;

Considerando, também, que o mercado de arrendamento habitacional ao nível do concelho não consegue dar resposta ao aumento temporário de residentes a laborarem nas diversas empreitadas que decorrem no concelho de Castro Verde, bem assim como, a capacidade hoteleira aqui instalada;

Considerando, ainda, as boas relações existentes entre o Município e a SOMINCOR;

Proponho a aprovação da minuta do contrato de arrendamento (em anexo à presente proposta) de uma parcela de terreno, sito, em Santa Bárbara de Padrões, para a instalação temporária de alojamentos destinados a receber trabalhadores envolvidos nas empreitadas do projeto de expansão de atividade da SOMINCOR."

Apreciado o assunto, o Sr. Vereador Francisco Duarte, em comum opinião do Sr. Vereador António João Colaço, afirmou que "não vamos comentar (até pelo pouco tempo que dispusemos para analisar o documento que nos foi entregue na abertura desta reunião) as questões "negociais" que o contrato contém, nomeadamente:

- valor da renda (nº 1 da Cláusula 5ª);
- obrigação da realização de obras de infraestruturas e contrapartida por via do não pagamento da compensação financeira devida por "futuras expropriações" decorrentes das obras de requalificação da EM 508 e do CM 1139 (nº 1 e 2 da Cláusula 8ª),

No entanto, entendemos chamar a atenção para a excessiva permissividade que, em nossa opinião, é conferida à inquilina (Somincor) através do disposto na cláusula 3ª e isto sem pôr em causa a idoneidade e "histórico" do relacionamento com a Câmara Municipal, que todos reconhecemos à mesma.

Por outro lado, a redação do nº 4 e seguintes da cláusula 8ª deixam-nos sérias dúvidas sobre a capacidade da Câmara Municipal poder garantir o enquadramento urbanístico e paisagístico a que as futuras "construções" deveriam obedecer no âmbito da salvaguarda do interesse público e da garantia da não desvalorização futura (financeira e não só) dos restantes lotes integrados no loteamento municipal de Santa Bárbara de Padrões.

Por fim, entendemos chamar a atenção para a necessidade de, em nossa opinião, o nº 2 da Cláusula 10ª conter um prazo específico para a concretização do disposto na mesma."

O Sr. Presidente da Câmara reconheceu a legitimidade das questões colocadas pelo Sr. Vereador, no entanto lembrou que este acordo é celebrado com a SOMINCOR, uma entidade de bem, com méritos públicos reconhecidos e uma relação de confiança existente com a Câmara Municipal que já leva mais de 30 anos.

Submetida a minuta do contrato de arrendamento de terrenos para instalação temporária de alojamentos, a celebrar com a SOMINCOR, foi a mesma aprovada, por maioria, com a abstenção dos Srs. Vereadores Francisco Duarte e António João Colaço.

Fica anexa à presente ata o documento ora aprovado, dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrito.

3. - Dinamização do comércio local – Ofereça de Castro Verde. Natal no comércio local:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente, as normas de funcionamento da iniciativa em título, reeditando a mesma no corrente ano, conforme apresentação feita pelo Sr. Vereador David Marques.

Fica anexo à presente ata, dando-se aqui como integralmente transcrito, o regulamento agora aprovado.

DIVISÃO DE OBRAS E GESTÃO URBANISTICA

Obras Particulares/ Outros:

1.- Deliberação final sobre processo de obras:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominalmente os projetos das especialidades para efeitos de deliberação final sobre o processo de obras da Casa Agrícola Franca Perdigão, Unipessoal Ld.ª. para ampliação de edifício destinado a adega na Herdade das Fontes Barbaras, na freguesia de Entradas.

2. - Pedido de informação prévia:

Apreciou a Câmara o pedido de informação prévia solicitado por Filipe Manuel Caetano Maruta sobre a viabilidade de ampliação da habitação sita na Rua Nova das Feiras nº.15, em Castro Verde, tendo, em face da informação prestada pelo Gabinete de Gestão Urbanística, deliberado, por unanimidade, emitir parecer favorável sobre a ampliação pretendida.

DIVISÃO DE AMBIENTE E ESPAÇOS VERDES

- **Consulta pública do projeto de Regulamento de Serviços de Gestão de Resíduos – RESIALENTEJO:**

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

“Considerando o teor da informação, datada de 31 de Outubro de 2018, da Técnica Superior da Divisão de Ambiente e Espaços Públicos, Eng.ª. Ana Luísa Marques Fatana, sobre o futuro regulamento de serviços de gestão de resíduos elaborado pela Resialentejo, E.I.M.

Considerando que, nos termos do disposto no artigo 62º do Decreto-Lei nº. 194/2009, de 20 de Agosto, compete à entidade titular do serviço promover um período de consulta pública do projeto de regulamento do serviço, de duração não inferior a 30 dias úteis.

Proponho, deste modo, a aprovação do projeto de regulamento de serviço, e a sua submissão a consulta pública, nos termos e condições previstas no artigo 62º, nº.3, do Decreto-Lei nº.194/2009, de 20 de Agosto.

Apreciado o assunto deliberou a Câmara, por unanimidade aprovar a proposta apresentada pelo Sr. Presidente, submetendo a consulta pública, nos termos e condições previstas no artigo 62º, nº.3, do Decreto-Lei nº.194/2009, de 20 de Agosto, o projeto de regulamento em causa, cuja minuta se anexa à presente ata dando-se, por isso, como aqui integralmente transcrita.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E AÇÃO SOCIAL

Concessão e renovação de cartões sociais:

Com base na informação nº.473 e respetiva documentação elaborada pelo Gabinete de Educação e Ação Social, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, o seguinte:

- Conceder cartão social a Joana Fernandes Guerreiro, residente em Santa Bárbara de Padrões, no escalão B.
- Indeferir os pedidos de concessão de cartões sociais de Luís Miguel Mira Cravo, residente em Entradas, e de Marília Guerreiro da Silva, residente em Santa Bárbara de Padrões, em virtude dos seus rendimentos per capita excederem o previsto no respetivo regulamento municipal.

Não participou na votação do pedido de concessão de cartão social solicitado por Joana Fernandes Guerreiro, o Sr. Vereador António João Colaço por se tratar de seu familiar.

DIVISÃO DE CULTURA E DESPORTO

1.- Noite de fados – fixação do preço de bilheteira:

Apreciou a Câmara e aprovou por unanimidade e nominal a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Vereador David Marques:

"Considerando a programação cultural para o mês de novembro 2018, foi agendado um espetáculo de fados "Grande Noite de Fados", com Mafalda Vasques, Luís Saturnino, Maria dos Santos e Pedro Calado, a realizar dia 16 de novembro no Cineteatro Municipal de Castro Verde.

Para o efeito, proponho o valor de 3.00 €, como preço de bilhete de entradas para o referido espetáculo.

2.- Concessão de apoio financeiro à Associação Fora da Gaveta, no âmbito da iniciativa "PRONTACONTAR"

Apreciou a Câmara a seguinte proposta apresentada pelo Sr. Presidente:

"A Associação "Fora da Gaveta", pretende dinamizar nos dias 22 a 25 de Novembro de 2018, um Encontro de Narração Oral, em parceria com o Município de Castro Verde e as Juntas de Freguesia do Concelho de Castro Verde.

Esta iniciativa envolve os alunos do 1º. e 2º. Ciclo do Agrupamento de Escolas de Castro Verde e os Lares de 3ª. Idade das Freguesias. O principal objetivo é a promoção da leitura e dar continuidade à oferta cultural do concelho de Castro Verde.

Na sequência da solicitação que se anexa, e atendendo ao contributo que esta iniciativa pode assumir junto dos públicos as que se destina, proponho a atribuição de um apoio de 500,00 € à Associação Fora da Gaveta".

Apreciado o assunto, deliberou a Câmara, por unanimidade e nominalmente, atribuir à Associação "Fora da Gaveta" o apoio financeiro no valor de 500,00 €, conforme proposto pelo Sr. Presidente, autorizando o respetivo pagamento.

PERIODO RESERVADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Interveio o Sr. Filipe Mestre alertando para um maior rigor gramatical na redação dos documentos que são tornados públicos, nomeadamente na feitura das atas das reuniões.

APROVAÇÃO EM MINUTA

Desta reunião se lavrou minuta, a qual foi aprovada por unanimidade pela Câmara para que produzam efeitos imediatos as respetivas deliberações.

ENCERRAMENTO DOS TRABALHOS

Não havendo mais nada a tratar, foi encerrada a reunião pelas 22,30 horas, da qual se lavrou a presente ata e submetida a votação foi aprovada e assinada por todos os membros presentes, assim como pelo Coordenador Técnico da Secção Administrativa, Fernando Colaço Sebastião, nos termos do nº 2 do artigo 57º, do anexo I, à Lei nº. 75/2013, de 18 de Setembro.

